

SUMÁRIO

I

DA INVESTIGAÇÃO NO DIREITO PROBATÓRIO À PROVA PENAL TECNOLÓGICA	25
1. Investigação criminal, sociedade da informação e processo penal	25
2. Sociedade de risco em rede de tecnologia: desafios constitucionais e contemporaneidade.....	27
3. Investigação criminal: pressupostos conceituais.....	31
4. Métodos ocultos de investigação: dos preceitos básicos à limitação imposta pela epistemologia do Direito à luz dos direitos fundamentais.....	35
5. Investigação criminal: compatibilização entre direitos fundamentais e proteção eficiente.....	38
6. Observações provisórias	41

II

PROVA DIGITAL NA INVESTIGAÇÃO: (IN)ADMISSIBILIDADE NO PROCESSO PENAL CONTEMPORÂNEO	45
1. Aquisição da fonte de prova digital: o ônus da prova a respeito da prova digital.....	54
2. Limitação de prova como baliza aos métodos ocultos de investigação de delitos	61
3. Cadeia de custódia: pressupostos da captura e tratamento da prova digital.....	63
4. Juiz de garantias e controle prévio da infiltração.....	70
5. Observações provisórias	73

III

ACESSO REMOTO E NÃO CONSENTIDO: METODOLOGIAS OCULTAS DE INFILTRAÇÃO	75
1. Métodos desenvolvidos para a instalação do <i>software</i> espião	78

2.	Modalidades de acesso remoto não consentido a dispositivos informáticos.....	81
3.	Investigação remota por gravação de vídeo.....	84
4.	Interceptação de dados efetuada mediante o uso de <i>software</i> espião: plausibilidade.....	87
5.	Investigação por meio de georreferenciamento.....	89
6.	Liberdade probatória x legalidade de métodos vanguardistas de investigação informática.....	92
7.	Utilização de <i>software</i> espião pelo Estado: a reserva de lei x a atipicidade probatória inerente às modalidades de acesso remoto não consentido.....	94
8.	Espécies de <i>software</i> de espionagem atualmente à disposição: uma abordagem prática: abordagem prática.....	100

IV

DIREITOS FUNDAMENTAIS EM CONFLITO: COMPATIBILIZAÇÃO EXCEPCIONAL COM AS NOVAS METODOLOGIAS 103

1.	Direitos dos indivíduos atingidos pela utilização de metodologias ocultas de investigação criminal tecnológica.....	104
2.	Direito ao sigilo das comunicações.....	104
3.	Direito à proteção da reserva de intimidade.....	108
4.	Direito à autodeterminação informativa.....	112
5.	(In)violabilidade do sigilo e proteção das comunicações.....	114
6.	Direito à integridade e confiabilidade dos sistemas de informática.....	117
7.	Direito comparado: utilização do acesso remoto.....	119
7.1.	Estados Unidos da América.....	123
7.2.	Itália.....	129
7.3.	Espanha.....	134
7.4.	Alemanha.....	138
7.5.	França.....	142
7.6.	Portugal.....	145
7.7.	HIPCAR.....	150

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 155

ESBOÇO DE PROJETO DE LEI PARA "INVESTIGAÇÃO CRIMINAL POR MEIO DE EQUIPAMENTOS REMOTOS" NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 159

SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI Nº _____ 161

REFERÊNCIAS 165